

As inconsistências da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil

Por Instituto Clima de Política

Assinado por: 350.org Brasil

Parlamentares do Congresso Nacional querem instituir “a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil”. A proposta é de autoria dos senadores Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Chico Rodrigues (PSB/RR), Jaime Bagattoli (PL/RO), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Marcio Bittar (UNIÃO/AC) e Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

A proposta dos senadores acompanha o debate em torno da exploração da Foz do Amazonas, parte da Margem Equatorial Brasileira, uma região costeira que se estende do Rio Grande do Norte ao Amapá, composta ainda por outras quatro bacias sedimentares: Potiguar, Ceará, Barreirinhas e Pará-Maranhão.

No total, estão sendo oferecidos 68 blocos para exploração na Amazônia Legal. Desses, 47 estão localizados na região da Foz do Amazonas, onde o governo apoia o licenciamento do bloco FZA-M-59. Além disso, há outros 21 blocos terrestres disponibilizados para as empresas petrolíferas, que estão próximos a terras indígenas e áreas de conservação ambiental.¹

Em 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou uma licença para a Petrobras perfurar o bloco FZA-M-59, localizado especificamente na Foz do Amazonas, bacia que fica em Oiapoque (AP) na fronteira com a Guiana Francesa. Desde o início das investidas da Petrobrás, o chefe de estado pressiona os órgãos competentes, e também o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que o projeto avance.

¹<https://infoamazonia.org/2025/02/18/governo-anuncia-leilao-para-mais-47-blocos-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>

A negativa ocorreu por questões técnicas. Entre elas, destaca-se o prazo de 43 horas para conter vazamentos, caso haja acidentes; e a falta de conhecimento aprofundado sobre o fluxo de marés da região, extremamente sensível, na qual qualquer vazamento pode ocasionar impactos irreversíveis, como a perda de biodiversidade e a contaminação de recursos hídricos.

Acerca da instituição da Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, a articulação dos senadores também distorce o papel do Congresso Nacional, que é de legislar e monitorar o Executivo a fim de garantir o bem estar do povo brasileiro. Usa-se do poder político-parlamentar para o avanço de interesses próprios e arbitrários, sem qualquer critério de qualidade científica e técnica.

Diante disso, no documento que propõe a criação da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, identificamos várias inconsistências nas justificativas elencadas pelos senadores. São elas:

1. *“A possibilidade de exploração das reservas petrolíferas na margem equatorial brasileira vem dominando os debates políticos e midiáticos já há algum tempo. A iniciativa, caso implementada, **aumentará substancialmente a produção nacional de petróleo**, elevando o Brasil ao status de um dos maiores produtores mundiais. Tal medida, do ponto de vista econômico, reduziria a dependência de importações de petróleo, fortalecendo a soberania energética do país e equilibrando a balança comercial.”*

A região da Margem Equatorial é uma nova fronteira exploratória. Isso significa que ela é desconhecida, sem certeza se existe petróleo de fato em quantidades suficientes para ser explorado e produzido. As corporações precisam investigar se existe óleo no local. E mesmo que essa investigação seja “só” uma pesquisa, a atividade pode ocasionar vazamentos na região, já que envolve perfurações e interferências, além de causar impacto socioambiental (direto e indireto) nos ecossistemas e populações do entorno.

Por essa razão, a empresa deve comprovar que essa interferência será segura e não causará danos intensos e irreversíveis à região. Foi isso que a Petrobras não conseguiu provar para o Ibama - ou outras petroleiras que já tentaram igualmente fazê-lo, como foi o caso da Total, em 2018.²

Informações públicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) revelam que apenas na região da Foz do Rio Amazonas já foram registradas 95 perfurações³, todas realizadas em águas rasas. Desse total, 27 poços perfurados para pesquisas foram interrompidos devido a acidentes mecânicos. A maior parte foi abandonada por não apresentar indícios de petróleo, enfrentar obstáculos logísticos ou indicar reservas de valor comercial inviáveis.

Ao analisar toda a Margem Equatorial Brasileira, os registros da ANP mostram que foram realizadas 813 perfurações, das quais 102 foram abandonadas por problemas mecânicos. Apenas 44 poços perfurados na região resultaram em descobertas, mas nenhuma delas ocorreu na Foz do Amazonas – pelo menos não em volume suficiente para justificar a exploração do que foi encontrado.

Alguns estudos iniciais apontam que a Margem Equatorial pode ter cerca de 9 bilhões de barris de petróleo⁴ capazes de serem produzidos. Mas o pré-sal brasileiro tem reservas estimadas em 900 bilhões de barris⁵.

Além disso, a Agência Internacional de Energia (IEA) projeta que em 2029 ocorrerá o pico da demanda global por petróleo, levando ao excesso de oferta e decaindo os preços.⁶

→ **Leia mais: Soberania e a policrise**

²<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2018/12/27/ibama-nega-recurso-da-total-e-mantem-decisao-que-impede-exploracao-na-foz-do-amazonas.htm>

³<https://eixos.com.br/petroleo-e-gas/foz-do-amazonas-tem-quase-100-pocos-de-petroleo-perfurados-veja-mapa/>

⁴https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cme/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-em-eventos-2024/27-11-2024-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-rio-amazonas/1_MME_Margem%20Equatorial_CME_27_11_2024.pdf

⁵<https://www.sgb.gov.br/petroleo-do-pre-sal#:~:text=As%20reservas%20do%20pr%C3%A9-sal,conhecido%20acima%20da%20mesma%20camada.>

⁶<https://climainfo.org.br/2024/06/12/iea-antecipa-pico-da-demanda-global-por-petroleo-para-2029-e-preve-excesso-de-oferta-do-combustivel-fossil/>

2. *“O incremento na produção de petróleo também poderia melhorar a posição do Brasil no mercado internacional de energia, potencialmente atraindo mais investimentos estrangeiros e **elevando a importância geopolítica do país**”*

Abrir novos poços de petróleo e gás, na verdade, nos atrasa em relação às mudanças que o mundo necessita e prejudica a imagem do Brasil no exterior. Não é recomendado, por instituições de pesquisas e cientistas qualificados do mundo todo, continuar explorando combustíveis fósseis, pois eles agravam o aquecimento global e as mudanças climáticas já em curso, com diversos eventos impactando diariamente a vida da população brasileira (e global).

O que eleva a importância geopolítica do país é protagonizar a luta contra a crise climática, agindo de acordo com os posicionamentos e promessas do Executivo, e criando mecanismos de mitigação, redução de emissões de gases de efeito estufa e adaptação climática, com critérios de justiça social e redução de vulnerabilidades históricas.

A possível justificativa de que a transição energética pode ser financiada com o dinheiro do petróleo também não se sustenta. Dados mostram que as petroleiras são responsáveis por apenas 1% dos investimentos globais em fontes renováveis de energia.⁷

→ **Leia mais: Por que o Brasil deve parar de explorar combustíveis fósseis**

3. *“Do ponto de vista social, a atividade petrolífera traria um impacto positivo significativo nas regiões envolvidas. A **criação de empregos diretos e indiretos** é um dos benefícios mais imediatos. Além disso, **os royalties e participações governamentais gerados pela exploração de petróleo** poderiam ser reinvestidos em infraestrutura básica como escolas, hospitais, e melhorias em saneamento, diretamente beneficiando a população local.”*

A maior parte dos empregos gerados pela exploração de petróleo não é ocupada pela população local, pois exige um conhecimento técnico muito especializado e

⁷ <https://www.iea.org/reports/the-oil-and-gas-industry-in-net-zero-transitions/executive-summary>

formação específica. Cada 1 bilhão investido no petróleo e gás gera 25 mil empregos diretos ou indiretos⁸, mas isso não significa que eles serão para a região onde os poços das petroleiras estão inseridos.

Caso haja petróleo suficiente para explorar na Foz do Amazonas, não se sabe quando as cidades e estados da Margem Equatorial receberão os royalties, tampouco quanto. Entre o início da exploração e o recebimento do montante, pode-se passar mais de uma década. Além disso, os royalties não são garantias de bem-estar, diminuição de pobreza ou de melhora de qualidade de vida para a população.

O Rio de Janeiro é um dos estados que mais recebe royalties, mas está cheio de dívidas, com altos índices de desigualdade e violência, bem como municípios de São Paulo⁹. Outro exemplo é Coari¹⁰, no Amazonas, cidade que tem exploração de petróleo e gás há 30 anos, mas enfrenta problemas de falta de infraestrutura, saneamento básico e segurança até os dias de hoje.

→ **Leia mais: Maricá (RJ): apesar de tentativas, petróleo e gás não trazem desenvolvimento local**

4. “A exploração também tem o **potencial de desenvolver cadeias produtivas associadas**, como a construção naval, serviços de logística, e a indústria de transformação.”

Quando grandes empreendimentos extrativistas chegam em alguma região, eles provocam grandes impactos no ecossistema social e ambiental, alterando modos de vida e a cultura e economia local. Com a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, existe o risco da biodiversidade dos mangues e recifes ser impactada negativamente; o custo de vida pode aumentar com a demanda de pessoas em busca das promessas de emprego; e empregos podem ser perdidos, pois existe a chance do desequilíbrio marinho, que impacta a atividade pesqueira da região.

⁸<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/industria-de-petroleo-e-gas-preve-investimento-de-r-100-bi-e-geracao-de-500-mil-vagas/>

⁹<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lider-de-royalties-em-sp-litoral-norte-tem-milhares-sem-moradia-e-esgoto/#:~:text=As%20quatro%2C%20que%20juntas%20re%C3%BAnem.em%20projetos%20de%20habita%C3%A7%C3%A3o%20popular.>

¹⁰ <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/insustentaveis-petroleo-na-amazonia/#page3>

Ademais, a região de Oiapoque soma quatro povos indígenas: Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Palikur-Arukwayene. Eles vivem em três Terras Indígenas (TI) demarcadas e homologadas: TI Uaçá, TI Juminã e TI Galibi. Os povos elaboraram um Protocolo de Consulta Livre Prévia e Informada¹¹, mas que, segundo os mesmos, não está sendo respeitado.

Tal iniciativa faz parte da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que diz que os povos tradicionais devem ser consultados previamente sobre projetos que irão impactar seus territórios, mas a realidade narrada pelos indígenas de Oiapoque é que isso nunca aconteceu de forma transparente e efetiva.

→ **Leia mais: A disputa para explorar petróleo na foz do Amazonas - ((o))eco**

5. *“Este efeito multiplicador é vital para a diversificação econômica das regiões Norte e Nordeste, áreas que **historicamente têm enfrentado desafios econômicos**, benefício que reverberaria econômica e socialmente, não só para a população amazônica como para todos os brasileiros.”*

O Norte do Brasil apresenta índices de desigualdade bastante elevados. A região é a que mais sofre com a fome no Brasil, por exemplo¹². Além disso, a maior parte da sua matriz energética é baseada no diesel e gás natural. Tudo isso soma-se aos grandes latifúndios, avanço da agropecuária e do garimpo ilegal, o que gera desmatamento e desequilíbrio socioambiental, prejudicando as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas - as grandes protetoras do bioma.

Diante deste cenário, não é o petróleo que irá resolver os complexos problemas históricos da região norte, tampouco do bioma amazônico e de seus habitantes. O que beneficia a população amazônica - e todos os brasileiros - é a criação de

¹¹ <https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2021/04/PROTOCOLO-OIAPOQUE.pdf>

¹² <https://exame.com/brasil/regiao-norte-e-a-mais-afetada-pela-fome-no-para-quase-10-das-familias-sofrem-privacao/>

emprego e renda com base em atividades de bioeconomia¹³, que regeneram os ecossistemas invés de destruí-los.

O investimento em educação pública, saneamento e saúde de qualidade; a transição para sistemas de energia renovável de forma justa e popular; a garantia dos direitos indígenas, quilombolas e de povos tradicionais; e o fortalecimento e distribuição de recursos para o extrativismo artesanal, para cultura local e para as soluções baseadas na natureza é o que irá garantir um presente e futuro próspero para todas as pessoas, em todos os biomas.

→ **Leia mais: A urgência e os desafios da transição energética justa**

6. *“Esses são apenas alguns dos benefícios que a exploração de petróleo da margem equatorial brasileira poderia trazer ao país, porém sua implementação se encontra impedida devido a **exigências ambientais no mínimo questionáveis**, impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).”*

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma das principais instituições federais de proteção ao meio ambiente no país, cuja criação e consolidação reflete um longo caminho de articulação do Brasil a favor de uma gestão ambiental integrada. Orientada por dados e pela ciência, e comprometida com a integridade na conduta, a instituição é responsável pela proteção ambiental e o combate à crise climática, cumprindo seus objetivos institucionais como o licenciamento ambiental, a autorização de uso dos recursos naturais e a fiscalização, o monitoramento e o controle ambiental.

Desde fevereiro de 2023, quando o atual presidente Rodrigo Agostinho assumiu a gestão do órgão, o Ibama contribuiu para uma série de conquistas na área socioambiental, com destaque para:

¹³<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/empresas-apostam-na-bioeconomia-como-modelo-de-desenvolvimento>

- A restauração da capacidade operacional do órgão, após seu esvaziamento durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo com grandes cortes orçamentários aprovados pelo Congresso Nacional¹⁴;
- A queda de 50% no desmatamento da Amazônia Legal em 2023, em comparação ao ano anterior, com aumento em 106% dos autos de infração aplicados pelo Ibama no bioma¹⁵;
- A intensificação das operações contra o garimpo ilegal, especialmente na Terra Indígena Yanomami, que apresentou 91% de redução dos garimpos consolidados e 95,76% de redução na abertura de novos garimpos, o que trouxe impactos diretos na qualidade ambiental e na saúde das comunidades¹⁶;
- A melhoria no combate aos incêndios florestais, por meio do programa PrevFogo, com mais de 300 mil km² de áreas sob proteção de brigadistas federais, a ampliação do programa de brigadistas e mais de quatro mil capacitações e ações de educação ambiental realizadas¹⁷.

→ **Leia mais: Associação do Ibama rebate declarações de Lula sobre demora no licenciamento na Foz do Amazonas - ((o))eco**

Por fim, reiteramos que a insistência em abrir novos poços de petróleo no Brasil é dissonante das premissas globais do governo Lula para a Amazônia - e para todo o planeta. Se neste ano Belém (PA) irá receber a COP 30, o maior evento de clima global, é totalmente contraditório que seu país sede, assim como seus líderes políticos, invalidem o conhecimento científico, façam escolhas arbitrárias e desconsiderem a necessidade global de decair e cessar as emissões de gases de efeito estufa. Dessa forma, o que teremos é, mais uma vez, uma Conferência do Clima em um país petroleiro.

¹⁴ Greenpeace, Ibama de Bolsonaro está destruindo a Amazônia. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ibama-de-bolsonaro-esta-destruindo-a-amazonia/>. Acesso em Fevereiro/2025.

¹⁵ DETER, Área sob alertas de desmatamento na Amazônia cai 50% em 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/area-sob-alertas-de-desmatamento-na-amazonia-cai-50-em-2023>. Acesso em Fevereiro/2025.

¹⁶ Ibama, Dois anos de ações federais na Terra Yanomami: garimpo ilegal despencou e mortes por desnutrição caíram 68%. Disponível em:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/dois-anos-de-acoes-federais-na-terra-yanomami-garimpo-ilegal-despenca-e-mortes-por-desnutricao-caem-68>. Acesso em Fevereiro/2025.

¹⁷ Ibama, Portaria nº93 de 10 de julho de 2024. Disponível em:

https://www.gov.br/ibama/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/20241209_Portaria_n92_de_10_de_julho_de_2024.pdf. Acesso em Fevereiro/2025.

Precisamos de um plano de transição energética justo e popular, no qual sejam projetados mecanismos para, realmente, abandonarmos as matrizes fósseis sem deixar de fora a discussão sobre demanda energética, pobreza e desigualdade energética. A produção de energia renovável deve reduzir desigualdades históricas, e não agravá-las.

O Brasil tem capacidade e potencial para liderar essa transição, de forma que os nossos representantes políticos devem ser os pioneiros em propor tais planos. Por isso, a criação da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil é um descompromisso com a ação climática urgente, configurando uma investida que apenas agrava a crise climática, a cada dia mais latente na vida de milhares de pessoas, ao invés de combatê-la e apresentar soluções alinhadas com os desafios e anseios de nosso século.

O que você pode fazer:

→ **Se envolva: Assine a petição na 350.org e pressione o presidente Lula para excluir a Amazônia das áreas de exploração de petróleo e gás.**

→ **Vote “NÃO” para a proposta de instituição da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil.**

→ **Escreva um email para o gabinete dos senadores proponentes do projeto, manifestando a posição contrária a criação da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil.**